

MONTEIRO, Jerônimo

* dep. fed. ES 1897-1899; pres. ES 1908-1912; dep. fed. ES 1915-1917; sen. ES 1918-1927.

Jerônimo de Sousa Monteiro nasceu em Cachoeiro de Itapemirim (ES) a 4 de junho de 1870, filho de Francisco de Sousa Monteiro e de Henriqueta Rios de Sousa. Seu pai, mineiro de nascimento, mudou-se para o Espírito Santo nos primeiros tempos da expansão do café no vale do rio Itapemirim e se tornou um grande fazendeiro, com atuação política no município de Cachoeiro. Em Minas, trabalhara para o comerciante Bernardino Ferreira Rios, que também se mudou para Cachoeiro na mesma época, lá se fixando com fazenda e estabelecimento comercial. Francisco casou-se com sua filha, Henriqueta, e formaram numerosa família.

Jerônimo nasceu e passou a infância na fazenda Monte Líbano, uma das mais ricas da região, e fez seus primeiros estudos numa escola de Cachoeiro. Passou depois para o Caraça, famoso colégio de Minas Gerais, onde já estudavam seus irmãos mais velhos, porém um ano depois foi transferido para o Colégio São Luís, em Itu (SP), onde completou os estudos secundários. Coursou a seguir a Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se diplomou em 1894. Antes mesmo de formado atuou como promotor público em Cachoeiro. Em 1895 foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Construtor (PRC), que governava o Espírito Santo. Foi um deputado ativo, apoiando o governo. Ao final de seu mandato, em 1897, foi eleito deputado federal na chapa governista para a legislatura 1897-1899, porém no ano seguinte, num momento de divisão e radicalização da política capixaba, rompeu com seu partido, o PRC. Para a eleição estadual de 1900, fundou uma nova agremiação, o Partido da Lavoura (PL), e lançou candidato próprio à presidência do estado, Ramiro de Barros Conceição, com o apoio de toda a oposição. Mas o PRC já se havia fortalecido em torno da candidatura de Muniz Freire para um segundo mandato, e saiu vitorioso do pleito.

Derrotado, Jerônimo se afastou da política capixaba. Mudou-se para Santa Rita do Passa

Quatro (SP), comprou uma fazenda, exerceu a advocacia e o jornalismo e envolveu-se na política local. Casara-se com Cecília, filha do comendador Cícero Bastos, mineiro de nascimento, que passara alguns anos no Espírito Santo e se tornara um empresário bem-sucedido e bem relacionado em Piracicaba (SP), e a quem Jerônimo foi muito ligado. Em sua ausência, a família Monteiro tornou-se mais influente no Espírito Santo: seu irmão Fernando tornou-se bispo, enquanto outro irmão, Bernardino, projetou-se como chefe político em Cachoeiro de Itapemirim e casou-se com uma filha do senador Gil Goulart. Em 1906, o presidente do estado Henrique Coutinho (1904-1908) resolveu vender a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e confiou a tarefa a Cícero Bastos. Este, por sua vez, encarregou Jerônimo Monteiro de realizar a operação. Jerônimo recebeu também a missão de negociar o pagamento de uma dívida do estado com o Banco do Brasil. Realizadas as duas operações, projetou-se junto à oligarquia capixaba.

DE PRESIDENTE DO ESTADO A SENADOR

A política estadual, na ocasião, estava dividida entre o presidente Coutinho e o senador Muniz Freire, que, até entrar em choque com Coutinho em 1905, havia sido a principal liderança do partido governista, o PRC. A acirrada luta política que travavam desgastava a ambos. Ao final do mandato de Henrique Coutinho, Jerônimo se lançou candidato à sua sucessão e conseguiu o apoio do presidente da República, Afonso Pena (1906-1909), que procurava pacificar a política capixaba e encarregou o deputado mineiro João Luís Alves, que tinha relações pessoais com Jerônimo, de negociar uma candidatura com esse objetivo.

Aprovado seu nome na convenção do PRC com pequena oposição, Jerônimo tratou de promover cuidadosamente sua candidatura, fazendo visitas a Santa Rita do Passa Quatro, onde foi recebido com festas, ao presidente de São Paulo, a quem manifestou seu interesse em conhecer os serviços públicos do estado a fim de se inspirar para realizar reformas no Espírito Santo, e ao presidente da República, no Rio de Janeiro, sempre acompanhado de políticos influentes, com ampla cobertura da imprensa. Em janeiro de 1908, lançou um

Manifesto Político, praticamente um programa de governo, no qual analisava os problemas do estado e propunha políticas para solucioná-los, além de prometer respeitar os princípios liberais da Constituição.

A eleição se realizou a 2 de fevereiro de 1908, sendo Jerônimo candidato único à presidência do estado. Eleito, empreendeu novas viagens: a São Paulo, onde fez contato com autoridades do governo e se informou sobre a organização dos serviços públicos, e a Minas Gerais, onde foi recebido com homenagens pelo presidente do estado, João Pinheiro, e se hospedou na casa do deputado João Luís Alves. Empossado a 23 de maio, iniciou, com intensa atividade, um governo de múltiplas realizações nas mais diversas áreas. Reorganizou a administração e os serviços públicos, incluindo uma ampla reforma do sistema educacional, acompanhada da construção de novas escolas, criou o Arquivo Público estadual e a Prefeitura Municipal de Vitória, com o prefeito nomeado pelo presidente etc.

Com a colaboração de Cícero Bastos, contratou o engenheiro paulista Augusto Ramos para elaborar um projeto de desenvolvimento para o vale do rio Itapemirim que promovesse a instalação de indústrias com utilização de recursos locais e estimulasse a produção agrícola para fornecer matéria-prima. O projeto compreendia a construção de uma usina elétrica, uma usina de açúcar, uma fábrica de tecidos, uma de cimento, outra de óleos vegetais, uma serraria e uma fábrica de papel. Para financiar a construção das indústrias, contratou com um banqueiro francês a criação do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, para o qual o banqueiro forneceria o capital e o estado daria garantia de juros. O Banco Hipotecário e Agrícola e a Companhia Industrial do Itapemirim, por ele administrada, criariam graves problemas para o estado, e a industrialização do vale do Itapemirim ficaria muito aquém do planejado, mas isso só se tornaria evidente após o fim do governo.

Sua realização de maior impacto foi a instalação dos serviços de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica em Vitória, empreendimentos que governos anteriores haviam tentado executar sem sucesso. O governo beneficiou-se do fim da crise do café, que devastava as finanças do estado, da venda da Estrada de Ferro Sul e de um empréstimo

vultoso contraído na França por Henrique Coutinho no último mês de seu mandato, mas, ainda assim, deixou as finanças estaduais em condições difíceis.

Logo no início do governo, Jerônimo reuniu sob sua liderança quase todas as forças políticas do estado em torno da fundação de um novo partido, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), presidido por ele, em substituição ao PRC, que foi extinto. Com esse amplo apoio e a popularidade que seu governo conquistou, presidiu o estado quase sem oposição. Apesar do apoio político de que desfrutava, porém, enfrentou dificuldades para impor a candidatura de Marcondes Alves de Sousa à sua sucessão. Despertou um forte movimento de oposição, mas conseguiu vencê-lo e deixou o governo ao final do mandato, em 23 de maio de 1912.

Em seguida, elegeu-se deputado estadual na vaga aberta pelo falecimento de seu irmão Antônio, foi presidente da Assembleia em 1913, e dois anos depois foi eleito deputado federal para a legislatura 1915-1917. Em 1916, na sucessão de Alves de Sousa, ao impor a candidatura do irmão Bernardino, então senador, desencadeou uma rebelião, conhecida como Revolta do Xandoca, que conflagrou o Espírito Santo. Conseguiu dominá-la, mas a luta política no Congresso Nacional, onde a questão foi decidida, provocou um forte desgaste em sua reputação, dadas as acusações apresentadas contra ele e contra o governo do estado por parlamentares até então aliados, que lideraram a revolta. Bernardino foi confirmado presidente, e os revoltosos foram anistiados pelo Congresso.

Em 1918, Jerônimo foi eleito senador. Assumiu sua cadeira no Senado em 29 de agosto e passou a integrar as comissões de Redação, Justiça e Legislação, e Obras Públicas e Empresas Privilegiadas. Dois anos depois, envolveu-se em nova crise sucessória, dessa vez dividindo os Monteiro: Jerônimo e Bernardino entraram em choque a respeito da escolha do candidato à presidência do estado. Foi apresentada uma candidatura de conciliação, do senador Nestor Gomes, e as eleições ocorreram sem problemas, embora em clima de tensão entre as duas facções. Depois do pleito, os partidários de Jerônimo denunciaram a ocorrência de perseguições policiais violentas contra eles, com a invasão de fazendas, inclusive a Monte Líbano, da família Monteiro, em mãos de jeronimistas, e a demissão de

funcionários ligados a Jerônimo. Recusaram-se, então, a reconhecer a eleição de Nestor.

O conflito rebentou em maio de 1920, ao final do mandato de Bernardino, e se travou inicialmente na Assembleia Legislativa, que se dividiu em duas, cada qual se reunindo separadamente e se proclamando legítima. A de Jerônimo tinha uma escassa maioria de 13 deputados, e ocupava as instalações próprias; a de Bernardino tinha 12 deputados, mas um deles era o candidato à vice-presidência, e não podia participar do reconhecimento do resultado da eleição. A Assembleia jeronimista elegeu Etienne Dessaune presidente da Casa, não reconheceu a eleição de Nestor e, ficando vago o cargo quando terminou o mandato de Bernardino, empossou Dessaune na presidência do estado (23 de maio de 1920). A Assembleia bernardinista reuniu-se no palácio do governo, então sitiado, e empossou Nestor Gomes. O conflito já se tornara armado, envolvendo capangas de coronéis, os soldados da polícia se rebelaram contra seus chefes, ligados ao governo, e entraram em apoio a Jerônimo. Apenas a guarda do palácio permaneceu com Bernardino. O palácio foi atacado, e o tiroteio pôs em pânico a população da capital. No dia 27, o presidente Epitácio Pessoa decretou a intervenção federal no estado, e as forças do Exército assumiram o controle da cidade. O caso passou à decisão do Congresso Nacional, onde, depois de pouca discussão, a posse de Nestor Gomes foi aprovada pela Câmara, a 16 de junho, e pelo Senado, a 11 de julho.

Jerônimo foi assim derrotado. Seu caráter combativo e audacioso levou-o a aproveitar a primeira oportunidade que surgiu para continuar a luta. Foi a Reação Republicana (1921-1922), movimento que reuniu os estados ditos de segunda grandeza, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, ao Rio Grande do Sul, em contestação aos métodos de escolha do candidato à presidência da República então vigentes, que consagravam a hegemonia das oligarquias paulista e mineira, e apresentou uma candidatura alternativa, de Nilo Peçanha, contra o governista Artur Bernardes. A Reação Republicana organizou uma campanha eleitoral com características inovadoras, formando comitês eleitorais nos estados e procurando mobilizar a população. Jerônimo foi seu líder no Espírito Santo, animando a campanha que os comitês promoviam, para a qual foi criado inclusive um jornal, *O Estado*.

Depois de um período de intensa luta política, a Reação Republicana, derrotada, se desfez, e a posição de Jerônimo no estado se tornou ainda mais fraca, pois seus aliados mais combativos deixaram a Assembleia Legislativa. Ele conservou o mandato de senador e uma grande popularidade, mas o Poder Executivo e a máquina partidária estavam nas mãos de seus adversários. Quando terminou seu mandato, em 1927, concorreu à reeleição como candidato avulso, mas foi vencido pelo PRES. O mesmo aconteceu no ano seguinte, quando o senador eleito no ano anterior Joaquim Teixeira de Mesquita assumiu a vice-presidência do estado, e o presidente que deixava o cargo, Florentino Avidos, se elegeu senador.

A Aliança Liberal, movimento surgido em 1929 em oposição à candidatura de Júlio Prestes à presidência da República e em apoio às candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, procurou atraí-lo, mas ele não se colocou claramente a favor do movimento, afinal vitorioso com a Revolução de 1930, embora alguns de seus partidários tenham se engajado e ocupado posição de destaque após a vitória.

Procurado por seu sobrinho e aliado nas lutas do início dos anos 1920, Carlos Lindenberg, para integrar o partido governista que se formava, recusou-se a participar, mas acabou concorrendo como candidato avulso na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, e foi eleito com grande apoio popular. Não chegou a tomar posse, porém, pois faleceu a 23 de outubro, no Rio de Janeiro, onde residia.

Jerônimo Monteiro foi, sem dúvida, o mais importante político capixaba da Primeira República, tanto pelo poder que exerceu durante um longo período, apoiado nas relações familiares, como pela popularidade que conquistou em seu governo e manteve, mesmo depois do declínio.

Do casamento com Cecília Bastos teve oito filhos, um dos quais, Jerônimo Monteiro Filho, foi senador pelo Espírito Santo de 1935 a 1937. Seu sobrinho Carlos Fernando Monteiro Lindenberg foi revolucionário de 1930, constituinte de 1934, deputado federal pelo Espírito Santo de 1935 a 1937, constituinte de 1946, governador do Espírito Santo de 1947 a 1950 e de 1959 a 1962, e senador de 1951 a 1959 e de 1967 a 1975.

Nara Saletto

FONTES: ACHIAMÉ, F. *Espírito Santo; Cachoeirano* (1900; 1912-1913); CHEQUER FILHO, N. *Revolta; Comércio do Espírito Santo* (1898; 1900; 1908-1912); *Diário da Manhã* (1908; 1927-1928); *Estado* (1921-1922); *Jornal Oficial* (1906-1907); MONTEIRO, J. *Mensagem* (24/9/1908, 14/9/1909, 23/9/1910, 3/10/1910); NOVAES, H. *Memórias*; NOVAES, M. *Jerônimo*; SOUZA, M. *Mensagem* (15/10/1914).